

REPENSAR A POBREZA:

VULNERABILIDADES SOCIAIS E MAL-ESTAR IDENTITÁRIO

Isabel Guerra, 16 de abril 2015

NOTAS INICIAIS

Tenho algum mal-estar, ou desconforto, em relação ao tema desta sessão, desconforto que sintetizo nestas três razões:

1. A omnipresença do tema ao nível dos discursos incomoda-me, pois é inversamente proporcional à preocupação pela acção. Veja-se o binómio europeu sobre competitividade e coesão no qual a primeira dimensão abafa a segunda.

2. Em segundo lugar, há um desconforto em falar, porque falar é banalizar, ou seja, tornar trivial um problema social grave e profundo.

3. Finalmente, interrogo-me sobre o que dizer em 15 minutos porque, de alguma forma, já tudo se disse sobre os conceitos de pobreza relativa, pobreza absoluta, limiar de pobreza, rendimento mínimo, etc... Os números que quantificam as pobreza são abundantes; assim, que posso eu acrescentar a este discurso cheio de estatísticas e de conceitos?

Então: se me sinto tão incomodada por que estou aqui?

Porque, de facto, a pobreza não é uma invenção; existe e existe com dramáticas consequências pessoais, sociais, económicas, políticas, etc... Porque acho que falar vale a pena se for para pensar, para melhorar a nossa capacidade de intervir face à lógica de uma sociedade que gera cada vez mais vulnerabilidades.

Assim, proponho-me falar sobre a forma como coloco hoje a problemática da pobreza. São três as dimensões que pretendo abordar:

- Em primeiro lugar, o problema está mal colocado: a pobreza hoje não é um problema individual; é um problema civilizacional, fruto deste modelo de desenvolvimento; é um problema de desenvolvimento, pelo

que a sua erradicação exige a acção sobre dimensões sociais e capacidades individuais;

- Em segundo lugar, na sociedade actual seria preferível substituir o conceito de pobreza pelo de vulnerabilidade, porque a pobreza não é um estágio irreversível, mas o tropeçar em vulnerabilidades, quer individuais quer sociais, que pode acontecer a qualquer um de nós.

- Uma terceira dimensão interroga os impactos da pobreza nos indivíduos: porque é que os pobres não se revoltam? Porque não se organizam e não têm porta-vozes directos? Os sindicatos, comissões de bairro, associações de jovens e de mulheres falam de si e dos seus problemas. Devemos interrogar-nos porque é que os “pobres” nunca se organizaram para defender os seus direitos e reivindicar soluções para os seus problemas.

Este posicionamento sobre a pobreza tem grandes consequências no entendimento quanto ao que se poderia fazer para combatê-la e, por isso, gostaria de terminar a minha intervenção com sugestões sobre medidas de acção no “caminho do sínodo”.

Pobreza e Desenvolvimento

O problema está mal colocado: a pobreza, hoje, não é um problema individual. É um problema civilizacional deste modelo de sociedade, é um problema de desenvolvimento, uma questão política e de concepção do mundo. Neste contexto, deve salientar-se ter sido a Igreja quem, historicamente, foi a primeira a preocupar-se com os pobres, ocupando-se a ajudar aqueles que não detinham os bens necessários à sua sobrevivência.

Misturava-se, nesta fase, o objetivo “assistencialista” com a intenção “evangelizadora”, dando origem a uma visão alargada da intervenção assistencial, em que a ajuda económica ia de par com os cuidados de saúde, de educação, etc..

Para abreviar a longa história de intervenção da Igreja, na qual os olhares foram mudando no tempo, mas onde no mesmo tempo foram

também diversos, chegamos ao final do séc. XX, quando os discursos sobre a pobreza tendem a polarizar as explicações sobre a causalidade de tão complexo fenómeno.

Para uns, a “culpa” é dos pobres pois, sendo culturalmente deficientes, não conseguem, ou não querem, aproveitar as oportunidades que lhes são dadas. Pressupõe-se, assim, que é preciso “mudar atitudes”, que os “pobres” são “quadros brancos” onde é possível escrever valores e formas de comportamento. Nesta conceção, as políticas sociais têm-se equilibrado entre duas posições: ou visam ajudar os pobres face aos seus bloqueios materiais, mas também psicológicos e culturais; ou defendem a necessidade de cortar as suas dependências em relação ao Estado-Providência, de forma a reduzir o número de “irresponsáveis” que vivem à custa da coletividade. Esta posição considera que as condições de pobreza são situações residuais e provisórias, que serão eliminadas com o desenvolvimento económico. Ajudam-se os pobres “que merecem” com algumas transferências financeiras para que seja possível ultrapassarem esses períodos difíceis.

Uma outra explicação da pobreza culpa o sistema, considerando que a sociedade gera dificuldades e marginaliza franjas da população. Pressupõe-se a força omnipresente, esmagadora e determinante do sistema sobre os atores, vítimas frágeis e desculpabilizadas. Com origem numa conceção mais crítica da sociedade, atribui-se à sociedade capitalista e às suas leis de funcionamento, as causas fundamentais da injustiça social e da exploração do homem pelo homem. Face às políticas sociais tem-se uma posição ambígua pois se, por um lado, são entendidas como paliativos escamoteadores das formas de exploração subjacentes ao funcionamento societal, por outro lado, as políticas sociais são entendidas como resultado das “lutas dos trabalhadores”.

A crise súbita dos anos 70, quando se acreditava que íamos no melhor dos mundos, faz acordar com sobressalto para a persistência e reforço da pobreza e dos grupos pobres. A crise actual, já deste século XXI, vem aprofundar esse mal-estar. O modelo de “desenvolvimento” está hoje em reformulação porque a humanidade está a descobrir que vivemos numa “aldeia global” e tudo se encontra relacionado: desde a

fome em África, ao desenvolvimento dos fundamentalismos, às lutas étnicas nos países de Leste, etc...

Esta crise generaliza as situações de pobreza, sobretudo na Europa e sobretudo nos países do Sul. Com quase metade da população portuguesa em situação de pobreza antes das transferências sociais (e três milhões, cerca de 20%, depois das transferências), 26% da população em privação material, 11% em privação severa, mais de uma em cada quatro crianças em situação de pobreza e quase 25% da população desempregada (retirando os truques estatísticos: 1,3 milhões de desempregados, dos quais mais de metade não recebe qualquer apoio social), começa a ser evidente que a pobreza, tão alargada, não é, não pode ser, um problema individual.

A comprovação de que a pobreza é um fenómeno político – e não um problema individual – vem confirmada no último relatório da Comissão Europeia (Fevereiro 2015), onde se escreve: *“O impacto das transferências sociais (excluindo as pensões) na redução da pobreza diminuiu de 29,2% em 2012 para 26,7% em 2013, o que sugere que o sistema de proteção social não foi capaz de lidar com o aumento repentino do desemprego e com o conseqüente aumento da pobreza”*. O mesmo relatório da Comissão Europeia sublinha ainda que algumas das medidas tomadas recentemente pelo Governo, como o corte nos apoios sociais *“tiveram um impacto negativo no rendimento disponível”*, afectando *“desproporcionalmente os mais pobres”* e *“as crianças com menos de 10 anos”* (Diário Económico, 26 de Fevereiro de 2015).

Na dicotomia entre a culpa do sujeito e a culpa da sociedade começa a ser evidente que é na interacção entre as capacidades individuais (iniciativa, resiliência, capacidade de correr riscos, etc...) e as oportunidades sociais (oferta de formação adequada, oferta de trabalho digno, transportes adequados, etc...) que se joga a capacidade de acção do sujeito.

Defende-se assim, que a satisfação das necessidades – para todos, pobres ou não – passa por uma relação entre as oportunidades sociais e as capacidades individuais. As oportunidades relacionam-se, quer com os processos de desenvolvimento, quer com a forma como os responsáveis

políticos nacionais incorporam as formas de redistribuição social e o acesso às oportunidades. Por sua vez, as capacidades para concretizar projectos individuais e familiares fazem apelo a um conjunto de recursos mobilizáveis pelos sujeitos (identidade e resiliência, competências e domínio intercultural, etc...) que moldam também o sistema de oportunidades/constrangimentos nos quais se inserem – desigualmente, visto os sujeitos serem dotados de distintas capacidades e capitais.

Da pobreza à vulnerabilidade

São também estas mudanças societais que estão a alterar os perfis de pobreza e de vulnerabilidade, tornando estas situações, por um lado, cada vez mais presentes e transversais a vários grupos sociais e, por outro, reajustando o papel das instâncias tradicionais de socialização face às novas vulnerabilidades, perante um Estado cada vez menos providência e cada vez mais colado à lógica da competitividade a todo o custo.

Esta situação tem fortes impactos nos indivíduos e famílias, obrigando ao acionamento de novas estratégias de sobrevivência e ao reequacionar do seu lugar no mundo; mas estamos perante fenómenos de pobreza e de exclusão social essencialmente de causalidade colectiva, cuja dimensão estrutural escapa à capacidade de acção do sujeito, embora por ele vividos com dramaticidade na sua vida quotidiana.

O desenvolvimento da sociedade de risco multiplica e complexifica as causas, formas e perfis de pobreza, indiciando que esta é um processo de construção de vulnerabilidades que atingem, no contexto actual, uma enorme diversidade de grupos sociais e que pode ocorrer de forma abrupta em vários estádios de vida. Desemprego, doença e ruturas familiares parecem explicar uma parte significativa da situação de necessidade e de apoio social.

Esta crise, ao trazer os “novos pobres” com o alargamento das dificuldades às classes médias, traz consigo um grande SUSTO – os pobres poderemos ser nós! A instabilidade é sentida como uma crise de oportunidades, de valores e de expectativas e, sobretudo, de confiança no país e nos outros. Para a maioria de nós, não se trata apenas da súbita

mudança de rumo das nossas vidas, mas de uma quebra de expectativas que assentavam num percurso esforçado de mobilidade social inacabado.

Nesse sentido, parece evidente, pelo menos para alguns, que a pobreza não emerge como um estágio permanente, mas como um processo de múltiplas facetas na sua génese, temporalidade e manifestação. De facto, na sociedade atual, a situação de escassez de recursos parece apresentar-se não como um estado mas como “um processo – oscilante ou contínuo – que acompanha a vida dos indivíduos, mas, e sobretudo, a pobreza emerge como um risco transversal o que transforma os pobres em outros como nós e já não seres estranhos, de estranhos modos de vida”.

Porque é que os pobres não se revoltam?

Nas pesquisas encontramos uma tripla face do sofrimento identitário das pessoas atingidas pela pobreza: a) a parcial assunção pessoal do fracasso; b) um sentimento de injustiça e de desigualdade; e c) a reestruturação dos modos de estar no mundo que tomam forma numa atitude de aquietação pela descrença na mudança.

A pobreza e a não satisfação de necessidades tem fortes impactos na construção identitária dos sujeitos atingidos, efeitos esses que decorrem de uma, em larga medida, paradoxal construção social da realidade. A falta de oportunidades implica um forte sofrimento identitário que se organiza através dessas três dimensões fundamentais.

Excluindo os que se situam em perfis de grande dependência, cujo suporte só pode vir de apoios familiares e de políticas públicas, é o desemprego que torna ainda mais gravosa a sensação de desamparo, dando uma perceção que assenta num paradoxo: por um lado, atribuem-se as dificuldades ao exterior – a uma sociedade de imponderabilidade que não oferece oportunidades –, mas, por outro lado, o desempregado assume a responsabilidade de procurar sair da sua situação questionando a sua capacidade pessoal e sentindo-se simultaneamente culpado e vítima num percurso de vida individual onde conta com poucos apoios para além da família.

Aliás, o contexto externo por vezes reforça essa dimensão individualizante e penalizadora. Num certo sentido, os desafios colectivos são encarados por alguns, e muito particularmente pela lógica das políticas públicas, como desafios individuais exigidos por um processo que avalia cada um pelo que faz no seu processo de “activação”. Assume-se a explicação de que porventura não se é suficientemente responsável, suficientemente mobilizado na procura de emprego, suficientemente inteligente para competir com outros no trabalho. Como se os desempregados, os pobres, não fossem vítimas do sistema, mas deles próprios e da sua incompetência.

As pesquisas que temos feito demonstram algum aquietamento/passividade e conformação dos inquiridos face a situações desvantajosas de trabalho, de rendimentos, de qualificações e alguma incapacidade de acção com vista à alteração substantiva destas condições.

A percepção de aquietamento e ausência de revolta na sociedade portuguesa pode ter origem neste apaziguamento das expectativas e silenciamento das necessidades, o que traz fortes consequências não apenas individuais, mas também nas formas de vida e acção colectivas. Tem-se consciência de que a sua capacidade de acção depende não apenas dos seus níveis de recursos e das suas características próprias, mas também do ambiente externo que (não) oferece oportunidades. Nesse sentido, interioriza-se a (in)capacidade de acção e o que resta é uma profunda sensação de injustiça social (ou a saída do país...).

Esse apaziguamento parece também ser inteligível, não como uma menor apetência para a intervenção colectiva, mas como a reconstrução da realidade e do seu lugar no mundo no contexto actual de desenvolvimento do país e das oportunidades oferecidas. A noção de privação associa-se à percepção de uma sociedade desigual e à falta de poder pessoal, factores que estão na base de processo de adaptação conformada.

Linhas de esperança

O mundo, na sua globalidade, vai gerando mais condições de vida e acabando com a pobreza, noutros continentes – Ásia, América Latina, África... É verdade que a desigualdade também aumenta no interior dos países. Mas são muitos milhões os que, em cada década, saem da situação de pobreza e miséria.

É também factor de esperança o papel da Igreja como protagonista na luta contra a pobreza (menos contra a desigualdade). Hoje, as IPSS de origem religiosa constituem um tecido social, enraizado nos contextos locais, com forte conhecimento das populações e grande legitimidade local.

O que fazer?

Do ponto de vista conceptual (que não poderei desenvolver muito) colocam-se dois desafios nesta necessidade de passar do exercício do assistencialismo à procura de novas formas de desenvolvimento, estruturando a acção em dois pilares fundamentais :

- Acionar projectos de desenvolvimento local com parcerias económicas e sociais olhando os territórios como locais de oportunidades, como observatórios experimentais de novas formas de relação entre o social e o económico, alargando as parcerias e envolvendo actores económicos geradores de novas racionalidades e novos recursos, etc...

- Passar da submissão dos pobres às políticas públicas, desenvolvendo a palavra e a acção: o “empoderamento” dos grupos pobres só se faz lá onde eles foram “desempoderados” da cidadania. Não deixa de ser estranho que estes contribuam tão pouco na organização das respostas às suas dificuldades. A maior exclusão é a exclusão sociopolítica de aniquilamento da expressão das necessidades e das formas de as satisfazer; a reconquista de espaços de expressão, de visibilidade e de poder é indispensável.

Há três dimensões mais práticas que gostaria de sublinhar:

Uma dimensão colectiva: como instituição e como lóbi social e político que a Igreja é em Portugal, deve competir-lhe denunciar as situações de pobreza, de desigualdade, de exploração. Deve fazê-lo num discurso essencialmente ético e moral, estrutural, mas também num discurso fundamentado, propositivo e pragmático com propostas inovadoras. E sendo capaz de oferecer bons exemplos como instituição. Quem sabe se não teria sentido uma **“task force” activa** no interior da Igreja que sujeite a uma leitura crítica tudo o que vai acontecendo, que aumente a visibilidade da pobreza e da desigualdade e valorize o que vai sendo feito e sugerindo aos cristãos formas de acção colectiva e individual.

Uma segunda dimensão de médio alcance assenta na transformação das IPSS que, tendo cada vez maior papel nas políticas sociais, deveriam tornar-se agentes de desenvolvimento, tendo capacidade de definir “políticas sociais locais” e de se transformarem em instituições inovadoras, inteligentes e não repetitivas, competitivas e isoladas.

Mas levo muito a sério a responsabilidade individual e, por isso, gostava de apelar a cada um de nós, e sobretudo aqueles que têm responsabilidade na gestão de pessoas e na criação de valor – e a Igreja tem muitos cristãos em lugares-chave. É preciso dar exemplo da responsabilidade social na gestão de serviços e empresas através da dignificação do trabalho e de salários dignos. E seria útil escutar empresas que são consideradas bons lugares para trabalhar, pois aí não é só o salário que é importante, mas também a dignificação e o respeito pelo trabalho, as condições de trabalho, a conciliação entre trabalho e família – tudo o que permite visualizar novos modelos de desenvolvimento.

Muito obrigada por me ouvirem!

Isabel Guerra